

## Acesso ao tratamento com Cannabis Medicinal no Brasil: Revisão sistemática

### *Access to treatment with Medicinal Cannabis in Brazil: Systematic review*

José Almir de Sousa Carneiro<sup>1</sup>, Letícia Gabrielle Gomes Silva<sup>2</sup>, Daniel Antunes Freitas<sup>3</sup>, Wellington Danilo Soares<sup>4</sup>

#### RESUMO

A falta de regulamentação e a burocracia no uso terapêutico da cannabis medicinal dificultam o acesso a tratamentos eficazes para pacientes vulneráveis. Diante dessa realidade, o objetivo principal deste estudo é analisar o acesso ao tratamento com cannabis medicinal no contexto brasileiro. Trata-se de estudo de revisão sistemática conduzido conforme as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Review Protocols (PRISMA), buscando responder: quais são as principais lacunas e desafios no acesso ao tratamento com cannabis medicinal no Brasil? Apesar dos benefícios comprovados do Canabidiol para a saúde, o debate sobre seu uso medicinal permanece heterogêneo e controverso. Questões administrativas, legais e discursos moralistas dificultam o acesso aos produtos de Cannabis medicinal, apesar das regulamentações existentes. Restrições adicionais, como as limitações da prescrição pelo Conselho Federal de Medicina complicam ainda mais o acesso. Enquanto os benefícios sociais da legalização da cannabis são debatidos e a evidência sobre seus impactos na saúde pública permanece inconclusiva, a necessidade de uma regulamentação simplificada para garantir o acesso aos medicamentos à base de Cannabis é crucial para promover uma melhor qualidade de vida aos pacientes e assegurar os direitos fundamentais à saúde e à dignidade.

**Palavras-chave:** Cannabis. Canabidiol. Acesso aos Serviços de Saúde. Brasil.

#### ABSTRACT

The lack of regulation and bureaucracy in the therapeutic use of medical cannabis make access to effective treatments difficult for vulnerable patients. Given this reality, the main objective of this study is to analyze access to medical cannabis treatment in the Brazilian context. This is a systematic review study conducted according to the guidelines of the Preferred Reporting Items for Systematic Review Protocols (PRISMA), focusing on answering what are the main gaps and challenges in accessing medical cannabis treatment in Brazil? Despite the proven health benefits of CBD, the debate over its medicinal use remains heterogeneous and controversial. Administrative and legal issues and moralistic discourses make access to medicinal Cannabis products difficult, despite existing regulations. Additional restrictions, such as CFM's limitation on CBD prescription, further complicate access. While the social benefits of cannabis legalization are debated and the evidence on its impacts on public health remains inconclusive, the need for simplified regulation to ensure access to cannabis-based medicines is crucial to promoting a better quality of life for patients and ensure fundamental rights to health and dignity.

**Keywords:** Cannabis. Canabidiol. Health Services Accessibility. Brazil.

<sup>1</sup> Graduando em medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4089-1390>.

E-mail:

[almirjcarneiro@gmail.com](mailto:almirjcarneiro@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7462-6037>.

E-mail:

[leticia.gabrielle.gomes@gmail.com](mailto:leticia.gabrielle.gomes@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em ciências da saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTESMG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7023-8610>.

E-mail:

[danielmestradounincor@yahoo.com.br](mailto:danielmestradounincor@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Doutor em ciências da saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8952-9717>.

E-mail:

[wdansoa@yahoo.com.br](mailto:wdansoa@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

A cannabis é usada há milênios por suas propriedades medicinais, com pesquisas indicando benefícios no alívio da dor, inflamação, ansiedade e náusea, além de seu potencial no tratamento de condições como epilepsia, esclerose múltipla e câncer (PORCIONATO *et al.*, 2021). Os canabinoides interagem com o sistema endocanabinóide do corpo, regulando funções como dor, humor e apetite, proporcionando alívio de sintomas. O uso do canabidiol (CBD) é legalizado em alguns países, enquanto outros ainda estão em processo de regulamentação (OLIVEIRA, 2023).

O uso global da Cannabis Sativa é debatido intensamente, especialmente em países conservadores, onde sua proibição é rigorosa em todas as etapas (MARTIN *et al.*, 2020). A reclassificação da Cannabis pela ONU como uma planta com propriedades terapêuticas reconhecidas cientificamente é vista como um avanço, embora sua regulamentação ainda esteja em processo (OSHIRO; CASTRO, 2022).

O debate sobre a legalização da cannabis medicinal no Brasil teve início em fevereiro de 2015 com a introdução do Projeto de Lei (PL) nº 399 pelo deputado Fábio Cruz Mitidieri (PDS-SE), visando alterar a Lei nº 11.343/06 para permitir a comercialização de medicamentos contendo extratos da planta, desde que comprovada sua eficácia terapêutica por laudo médico (AZEVEDO *et al.*, 2020). Paralelamente, o Projeto de Lei nº 10.549/2018 busca regulamentar o uso da cannabis e seus derivados para proteger pacientes com condições médicas debilitantes, garantindo seu acesso e direito de escolha no tratamento (MARTINS; POSSO, 2023).

Este estudo fundamenta-se na crescente importância e nas evidências do uso da Cannabis no tratamento de diversas condições médicas (SIQUEIRA *et al.*, 2023). A legalização e inclusão da Cannabis no Sistema Único de Saúde (SUS) podem não só facilitar o acesso dos pacientes, mas também melhorar sua qualidade de vida e reduzir os custos dos tratamentos (PALLADINI, 2023).

A importação de derivados da cannabis no Brasil aumentou significativamente, com um aumento de 93% entre julho de 2022 e junho de 2023, totalizando 112.73 autorizações concedidas pela Anvisa (PINHEIRO *et al.*, 2021). No entanto, o tratamento com produtos à base de cannabis ainda é acessível apenas para brasileiros com recursos financeiros, devido aos altos custos de importação. Alguns desses derivados podem custar mais de R\$ 2,6 mil, destacando a dimensão financeira associada ao uso desses produtos (ALVES, 2023).

A burocracia e a falta de regulamentação do uso terapêutico da cannabis sativa representam um obstáculo significativo para os pacientes, já vulneráveis devido a diversas doenças (KALLAS, 2023). Isso resulta em dificuldades no acesso a tratamentos e medicamentos que, apesar de comprovadamente eficazes e acessíveis para algumas famílias, permanecem fora do alcance de muitos (MARTINS; POSSO, 2023). Diante dessa realidade, o objetivo principal deste estudo é analisar o acesso ao tratamento com cannabis medicinal no contexto brasileiro.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de estudo de revisão sistemática conduzido conforme as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Review Protocols (PRISMA), focalizando em responder quais são as principais lacunas e desafios no acesso ao tratamento com cannabis medicinal no Brasil?

A estratégia de busca foi aplicada nas seguintes bases de dados: PubMed, Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Acadêmico. Os termos empregados na pesquisa foram: “Canabidiol”, “Cannabis”, “Acesso aos serviços de saúde” e “Brasil”. Esses foram pesquisados individualmente e combinados utilizando os termos técnicos-científicos MeSH (Medical Subject Headings) e DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e termos livres relevantes associados a operadores booleanos ‘OR’ e ‘AND’, sendo feitas as seguintes combinações (Canabidiol) OR (Cannabis) AND (Brazil); (Canabidiol) OR (Cannabis) AND (Brazil) AND (Acesso aos serviços de saúde).

O processo de revisão dos artigos envolveu a busca, identificação e análise de artigos e dados relevantes. A pesquisa inicial nos indexadores foi realizada através da análise dos títulos, resumos e textos completos, seguindo critérios de elegibilidade estabelecidos. Os artigos selecionados foram examinados para extrair informações pertinentes aos objetivos da revisão, que visavam avaliar a eficácia do acesso ao tratamento com cannabis medicinal no Brasil.

Dois revisores independentes realizaram a triagem inicial dos títulos e resumos, seguindo critérios de inclusão pré-definidos. Foram considerados artigos publicados nos últimos 5 anos em português e inglês, incluindo estudos de revisão, ensaios clínicos e pesquisa exploratória documental. Os critérios de exclusão englobaram relatos de

experiência, estudos de casos, artigos de opinião, guias de prática clínica, teses de dissertação e textos não disponíveis na íntegra.

### 3. RESULTADOS

De acordo com os critérios de pesquisa utilizados, foram identificados 1.603 artigos. Destes, 11 foram duplicados e removidos, enquanto outros 1.498 foram excluídos devido à aplicação de critérios de elegibilidade ou indisponibilidade. Dos 94 artigos restantes, 70 foram eliminados após a revisão dos títulos e resumos. Dos 24 artigos considerados elegíveis, 5 foram excluídos após uma análise completa do texto, de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos. Ao final, 19 artigos foram incluídos na revisão sistemática, conforme mostrado na figura 1.

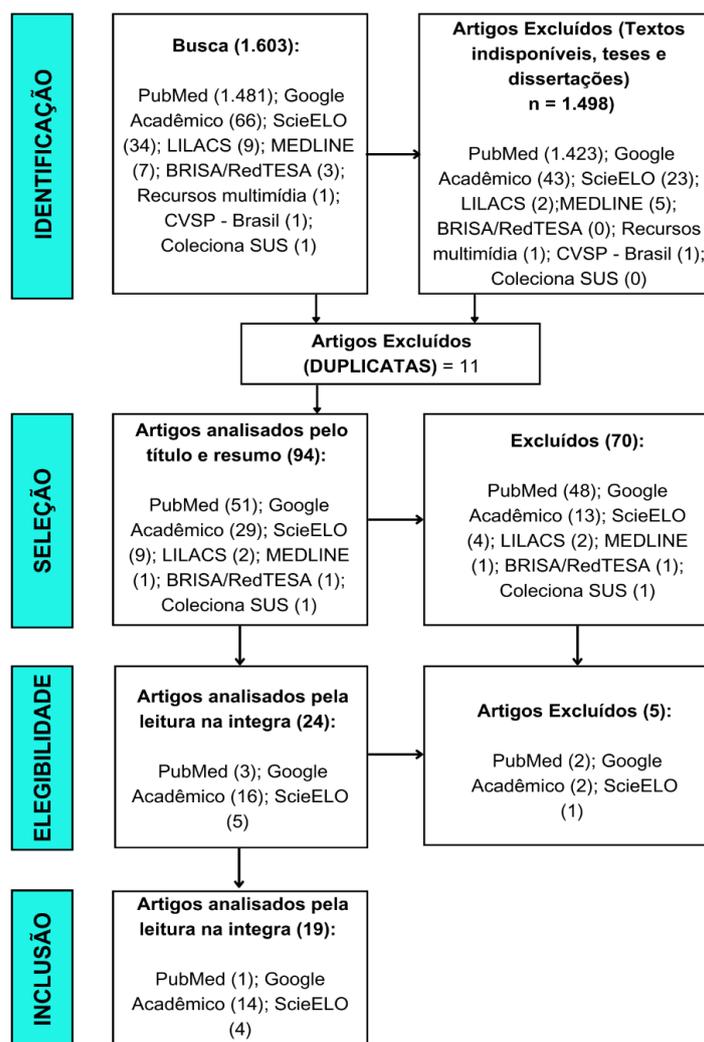


Figura 1. Fluxograma de seleção de artigos científicos para a revisão sistemática.

Fonte: o autor (2024).

Os artigos foram integralmente revisados e organizados conforme demonstrado na Tabela 1, na qual foram registrados os seguintes elementos: os nomes dos autores, o ano de publicação, o título do artigo, os objetivos delineados e as conclusões primordiais alcançadas.

**Tabela -** Principais características dos artigos incluídos (n = 19).

<b>Autores/Ano</b>	<b>Título/Artigo</b>	<b>Tipo de Estudo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusões</b>
<b>ALVES, F. G., 2023.</b>	“Quem tem dor, tem pressa”: a (des)politização do debate da cannabis medicinal no Brasil.	Análise de ações ou narrativas.	O objetivo é tratar o uso de derivados da cannabis como uma pauta coletiva, buscando a conquista de visibilidade na esfera pública.	Identificou estratégias políticas opostas que dialogam com a abordagem pós-democrática, tendo em vista a presença de argumentos vinculados aos processos de despolitização.
<b>BARATTA, F. et al., 2022.</b>	Cannabis para uso médico: análise de ensaios clínicos recentes à luz da legislação atual.	Pesquisa bibliográfica para ensaios clínicos com Cannabis medicinal.	Analisar a legislação e regulamentação vigente em diversos países onde o uso medicinal da Cannabis é permitido para avaliar qualquer relação destes no desenho de ensaios clínicos realizado lá.	Esta análise proporcionou-nos uma visão geral das diferentes legislações nestes países e, conseqüentemente, permitiu-nos analisar, com maior consciência.
<b>CAETANO, H., 2023.</b>	Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da cannabis no Brasil (2014-2019).	Análise qualitativa Atlas.ti a partir de codagem de dados.	Descrever as controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios com Cannabis e seus derivados no Brasil entre 2014 e 2019.	Constato que a Anvisa e o CFM assumem posicionamentos que vão além de seu caráter estritamente técnico.
<b>DANTAS, A. S. C. L. et al., 2023.</b>	Desenvolvimento de metodologia para determinação de canabinoides em produtos à base de cannabis para fins medicinais.	Técnica de Cromatografia Líquida de Alta Eficiência com Detector de Arranjo de Diodos (CLAE-DAD).	Desenvolver um método rápido e de fácil aplicação para quantificação dos canabinoides CBD, THC, CBDA e CBN em PC e medicamentos à base de Cannabis.	Os resultados obtidos demonstraram que é possível aplicar o método nos demais produtos à base de cannabis que são comercializados no país.
<b>FISCHER, B. et al., 2019.</b>	Apresentando a ferramenta de saúde populacional baseada em evidências do as Diretrizes de Uso de Cannabis	Revisão sistemática.	Apresentar o conceito e conteúdo do LRCUG - incluindo seu original recomendações traduzidas para o	Existem algumas populações prováveis maior risco de efeitos adversos relacionados à cannabis que devem

	de Baixo Risco para o Brasil.		português – para o contexto brasileiro.	evitar do uso de cannabis.
<b>GABARDO, E.; CABRAL, R. M., 2020.</b>	Autorização para uso de medicamentos com princípios ativos proscritos no Brasil.	Pesquisa em material bibliográfico interdisciplinar, legislação e julgados.	Analisar da possibilidade de se obter autorização para uso de medicamentos que possuem como princípio ativo substâncias proscritas no Brasil.	A concessão de autorização deve observar à comprovação da necessidade do tratamento e a constatação da eficácia do medicamento, objetivando a consolidação do direito fundamental à saúde e à vida.
<b>GREGORIO, L. E; MASCARENHAS, N.G., 2022.</b>	O uso medicinal da Cannabis sativa L.: regulamentação, desafios e perspectivas no Brasil	Revisão bibliográfica.	Estabelecer um marco regulatório, principalmente para a normatização do cultivo da planta para fins de pesquisa científica e uso medicinal.	A Cannabis é classificada como planta proscrita, o que impede o cultivo da espécie no território brasileiro.
<b>GURGEL, H. L. DE C. et al., 2019.</b>	Uso terapêutico do canabidiol: a demanda judicial no estado de Pernambuco, Brasil.	Pesquisa documental e exploratória, utilizando a abordagem qualitativa, além da revisão bibliográfica.	Analisar o exterior constitutivo do problema do acesso ao referido fármaco para tratamento de doenças.	Constatou-se que os sujeitos que ingressam com ação judicial atendem aos requisitos exigidos pelos órgãos reguladores, o que permite concluir que a negativa administrativa de fornecimento do medicamento pelo estado de Pernambuco caracteriza violação ao direito à saúde deles.
<b>LIMA, D. N. O. et al., 2020.</b>	O uso medicinal da cannabis e a indústria de medicamentos.	Método é indutivo, por meio da pesquisa bibliográfica.	Discutir a democratização do acesso a esses medicamentos, com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.	o mercado farmacológico brasileiro é o quinto maior do mundo para esse seguimento, com cerca de 1,7 milhão de potenciais consumidores.
<b>MARINHO, C. A. G; NEVES, I. F., 2022.</b>	Regulamentação do uso medicinal e científico da cannabis no Brasil.	Pesquisa exploratória.	Analisar a regulamentação do uso medicinal e científico da Cannabis no Brasil.	Permanece, contudo, o problema relativo à falta de regulamentação. É um clássico caso de omissão e anacronismo institucional.

<p><b>MARTINS, D. DO A.; POSSO, I. DE P., 2023.</b></p>	<p>Legislação atual sobre cannabis medicinal. Histórico, movimentos, tendências e contratendências no território brasileiro.</p>	<p>Revisão narrativa.</p>	<p>Discorrer sobre informações acerca de questões legais quanto à cannabis no território brasileiro.</p>	<p>O cultivo da cannabis no Brasil traria uma grande contribuição não só para a indústria farmacêutica, como também para a indústria agrícola, na geração de empregos e na redução dos custos da matéria-prima de fármacos.</p>
<p><b>OSHIRO, C. A.; CASTRO, L. H. M., 2022.</b></p>	<p>Canabidiol e epilepsia no Brasil: uma revisão atual.</p>	<p>Revisão não sistemática da literatura (até fevereiro de 2022).</p>	<p>Revisar criticamente as principais características farmacológicas atuais e questões clínicas relacionadas ao uso do CBD na epilepsia.</p>	<p>O CBD é um novo tratamento reconhecido para a epilepsia. São necessários futuros estudos bem concebidos e estratégias de saúde pública para oferecer acesso generalizado ao CBD.</p>
<p><b>PALLADINI, M. C., 2023.</b></p>	<p>Indicação do uso de canabinoides.</p>	<p>Análise de estudos coletados na Pubmed, Cochrane Library e Web of Science.</p>	<p>Entender a diferença de ação entre os canabinoides naturais (canabidiol, delta 9-tetrahydrocannabinol, canabigerol, canabinol, terpenos) e os sintéticos.</p>	<p>O sistema endocanabinoide está intimamente ligado ao tratamento da dor crônica e alguns canabinoides como: canabidiol, delta 9-te tra hidrocanabinol, canabigerol, canabinoil, assim como alguns terpenos.</p>
<p><b>PINHEIRO, B. S. et al., 2021.</b></p>	<p>Importância da incorporação da cannabis sativa I. no sus.</p>	<p>Revisão bibliográfica.</p>	<p>Descrever o itinerário e desafios para promover o acesso aos medicamentos à base de Cannabis e relatar a importância da incorporação destes no SUS.</p>	<p>A incorporação dos medicamentos à base de Cannabis no SUS e sua produção e distribuição a através das farmácias vivas constitui uma alternativa promissora para trazer bem-estar e qualidade de vida.</p>
<p><b>PORCIONATO, I.S. et al., 2021.</b></p>	<p>Cannabis sativa (Maconha): A “LUTA” para liberação do uso medicinal no Brasil.</p>	<p>Revisão bibliográfica.</p>	<p>Apresentar um histórico da Cannabis sativa, sua farmacologia e a liberação da fabricação e comercialização no Brasil.</p>	<p>Pesquisas internacionais que também foram analisadas, trazem como resultados, dados conflitantes sobre o uso seu uso e sobre seus possíveis efeitos adversos.</p>

<p><b>PORTELA, R. et al., 2023.</b></p>	<p>Judicialização de produtos à base de canabidiol no Brasil: uma análise de 2019 a 2022.</p>	<p>Estudo transversal composto pela avaliação das notas técnicas emitidas pelos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus).</p>	<p>Analisar as ações judiciais de pacientes que solicitaram ao Sistema Único de Saúde produtos à base de canabidiol (CBD) durante o período de 2019 a 2022.</p>	<p>Os pareceres técnicos que deram suporte aos magistrados para as decisões judiciais das demandas de pacientes por produtos à base de CBD no Brasil.</p>
<p><b>RANSING, R. et al., 2021.</b></p>	<p>Estado atual do uso, políticas e pesquisas de cannabis em dezesseis países: comparações entre países e perspectivas internacionais.</p>	<p>Revisão narrativa.</p>	<p>Descrever o estado atual do uso, das políticas e da pesquisa de cannabis em dezesseis países.</p>	<p>Embora a regulamentação global da cannabis esteja em curso, as heterogeneidades existentes entre países, em termos de políticas e epidemiologia, pode aumentar o fardo dos transtornos por uso de cannabis desproporcional e imprevisível.</p>
<p><b>REZENDE, D. L.; FRAGA, P.; SOL, A., 2022.</b></p>	<p>Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020.</p>	<p>Metodologias qualitativas e quantitativas, com o auxílio do Iramuteq, um software gratuito que foi desenvolvido na lógica da fonte aberta.</p>	<p>Analisar as audiências públicas sobre maconha/cannabis realizadas na Câmara dos Deputados no período entre 1997 e 2020, a partir de um censo das audiências públicas sobre o tema e uma análise de conteúdo automatizada dos discursos proferidos nas mesmas.</p>	<p>Verificamos ainda que há uma polarização do debate em torno do par uso medicinal vs. abuso/dependência.</p>
<p><b>SILVA, H. K. C.; LOURENCO, R. F., 2023.</b></p>	<p>A terapia com canabinoides e perspectivas em relação ao tratamento da dor no Sistema Único de Saúde.</p>	<p>Revisão narrativa.</p>	<p>Refletir sobre como o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da medicina canábica, poderia ofertar melhores terapêuticas para o tratamento de condições que cursam com dor crônica.</p>	<p>A Cannabis sativa L. tem um grande potencial de se tornar uma das melhores alternativas para dor crônica a ser incorporada nos programas de acesso a fitoterápicos no país, como no programa Farmácia Viva, do SUS.</p>

Fonte: próprios autores (2024).

## 4. DISCUSSÃO

Apesar dos benefícios comprovados do CBD para a saúde, o debate sobre seu uso medicinal permanece heterogêneo e controverso (BARATTA *et al.*, 2022).

A extração do CBD está associada à droga ilícita, o que resulta em um embate administrativo e legal. Discursos moralistas frequentemente permeiam as discussões sobre o uso terapêutico do CBD, tornando-o ainda mais controverso (RANSING *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na literatura sobre o uso de cannabis, abordando uma ampla gama de consequências, desde questões de saúde mental até possíveis aplicações medicinais, implicações legais e criminais e até mesmo questões sociais como o encarceramento em massa. Essas diversas facetas e a rápida produção de novos estudos tornam desafiador para os profissionais da área se manterem atualizados (FIDALGO *et al.*, 2022).

Os sujeitos que entram com ação judicial, inicialmente, atendem aos requisitos estabelecidos pela Anvisa e pelo CFM para a concessão do CBD, especialmente em relação à idade e à condição de saúde. No entanto, o acesso ao CBD é dificultado pelos critérios desses órgãos, e muitas vezes o estado não concede o medicamento mesmo quando autorizado pela Anvisa para importação (CHRISTOVÃO, 2022). Isso viola o Direito Fundamental à Saúde dos pacientes, que recorrem ao Judiciário em busca de acesso digno ao tratamento, dada sua falta de recursos para arcar com os custos elevados. Nesse contexto, o Poder Judiciário desempenha um papel crucial e complementar, intervindo após as ações do Poder Executivo para garantir o direito à saúde dos cidadãos (GURGEL *et al.*, 2019).

Em 9 de dezembro de 2019, o Brasil deu um passo fundamental com a publicação da Resolução nº 327/2019, que regulamentou a fabricação e importação de produtos de cannabis para uso medicinal no país (LIMA *et al.*, 2020). Esta resolução reflete o crescente interesse em estudos e produção de medicamentos derivados da planta, visando oferecer opções terapêuticas com concentrações variadas de CBD e THC para diferentes patologias, dentro dos limites da legislação vigente. Apesar dos esforços para permitir o cultivo da planta para fins medicinais, a ANVISA não concedeu essa permissão e arquivou o processo (SANTOS; VASCONCELOS, 2020). A importação de produtos à base de cannabis é onerosa, dificultando o acesso tanto para instituições quanto para uso pessoal. Permitir o cultivo possibilitaria a pesquisa e produção de medicamentos com custo reduzido, tornando o tratamento mais acessível aos pacientes (GREGORIO; MASCARENHAS, 2022).

Em 2022, a ANVISA publicou a RDC nº 660, simplificando o processo de importação de produtos à base de canabidiol em associação com outros canabinoides. Anteriormente, famílias necessitadas enfrentavam burocracia e custos elevados para obter acesso à Cannabis medicinal, recorrendo muitas vezes ao cultivo e produção artesanal de óleo de Cannabis (REZENDE *et al.*, 2022).

Embora haja projetos de lei em tramitação para legalizar o cultivo de cannabis para fins medicinais, essa proposta enfrenta resistência. Em julho de 2023, a Anvisa vetou a importação de partes da planta in natura, mesmo em casos de prescrição médica, citando preocupações com desvio de uso para fins ilícitos (GABARDO; CABRAL, 2020). No entanto, o uso de medicamentos à base da planta permanece inalterado. A opinião pública sobre o cultivo para fins medicinais ainda é dividida, com pouca informação disponível sobre o assunto. De acordo com uma pesquisa do Senado Federal de 2019, a maioria dos brasileiros apoia a distribuição desses medicamentos pelo SUS por razões de saúde pública, mas a maioria é contra o cultivo para consumo próprio e medicinal, mesmo com prescrição médica, refletindo uma posição arraigada em relação ao moralismo associado à proibição de drogas (ALVES, 2023).

Uma nova resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM 2.324, de 11 de outubro de 2022) restringiu ainda mais a prescrição de CBD para fins terapêuticos. Esta nova resolução substituiu uma anterior, de 2014 (CFM 2113/14), que era alvo de muitas críticas da comunidade médica (SILVA; LOURENCO, 2023). Após oito anos de espera por uma atualização que ampliasse as possibilidades de prescrição, a nova resolução decepcionou, limitando o uso do CBD apenas para o tratamento de epilepsias na infância e adolescência refratárias às terapias convencionais, como na síndrome de Dravet, síndrome de Lennox-Gastaut e no complexo de esclerose tuberosa. Isso deixou de fora adultos, idosos e diversos tratamentos que poderiam se beneficiar com o uso do CBD, tornando a autorização para seu uso ainda mais restrita (MARTINS; POSSO, 2023).

O recente marco regulatório do uso de Cannabis no Brasil é composto, além da autorização legislativa prevista na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), pelas resoluções da Anvisa, cujos conteúdos regulam, hoje, tanto a importação excepcional para a pessoa física quanto a concessão de autorização sanitária para pessoas jurídicas que importam, fabricam e comercializam o produto de Cannabis (ALVES, 2023).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, por meio da Resolução RE nº 3.893, de 24 de novembro de 2022, a autorização sanitária para o produto medicinal

CANABIDIOL EASE LABS 100 MG/ML, fabricado pela EASE LABS LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. no Brasil. Esta solução oral contém 100 mg/mL de canabidiol (CBD) e não excede 0,2% de tetrahydrocannabinol (THC). A comercialização ocorrerá em farmácias e drogarias mediante prescrição médica com receita especial do tipo B (de cor azul). Com esta aprovação, a Anvisa já totaliza 23 produtos de Cannabis autorizados, sendo 9 à base de extratos de Cannabis sativa e 14 contendo canabidiol, conforme estabelecido pela RDC nº 327/2019 (PORTELA *et al.*, 2023).

Apesar da disponibilidade desses produtos, muitos pacientes optam por utilizar produtos artesanais fornecidos por associações de pacientes e familiares de usuários da cannabis medicinal, com autorização judicial para essa atividade, devido aos altos custos dos produtos comerciais (PORTELA *et al.*, 2023). Esses produtos precisam passar por controle de qualidade para garantir sua eficácia, pureza e segurança. É crucial quantificar os principais canabinoides terapêuticos, como CBD e THC, além de seus precursores e produtos de degradação, como CBDA, THCA e CBN, para garantir sua qualidade e eficácia (DANTAS *et al.*, 2023).

Um ponto interessante sobre o uso da Cannabis medicinal é a falta de dados conclusivos para algumas das patologias aprovadas para tratamento sob a legislação atual. Isso é especialmente verdadeiro para condições como ansiedade, colite ulcerativa, síndrome de Crohn e aumento do apetite (LIMA *et al.*, 2020). Além disso, a legislação frequentemente permite o uso de inflorescências ou extratos de Cannabis sem especificar a concentração exata das moléculas ativas. Isso cria dificuldades na interpretação dos resultados, já que muitos estudos utilizam variedades de plantas ou incluem um número limitado de participantes, dificultando a comparação. Além disso, em muitos casos, os medicamentos à base de Cannabis são administrados junto com outros tratamentos, o que complica ainda mais a avaliação de sua eficácia (FISCHER *et al.*, 2019).

A posição ambígua da Cannabis, entre "droga" e "medicamento", reflete-se nas ações da Anvisa e do CFM. A Anvisa tem dedicado esforços para discutir seu uso terapêutico, resultando em resoluções específicas que afetaram a comercialização e o acesso aos derivados da planta, embora ainda existam obstáculos. O CFM mantém uma posição cautelosa em relação à Cannabis medicinal, não reconhecendo oficialmente sua eficácia, apesar do interesse contínuo de pacientes e famílias na busca por essa alternativa terapêutica (CAETANO, 2023).

A evidência sobre os impactos da legalização da cannabis na saúde pública ainda é mista, inconclusiva e, por vezes, contraditória a longo prazo (MARINHO; NEVES, 2022). Diante disso, é crucial considerar os possíveis desenvolvimentos nos benefícios sociais, como justiça social, e também nos danos potenciais. Embora não haja atualmente uma medida empírica abrangente dos "resultados sociais" semelhante à "carga da doença", é essencial avaliar os efeitos da legalização na redução da criminalização e estigma associados ao uso de cannabis, especialmente entre jovens e grupos socioeconômicos marginalizados ou racializados. Isso inclui entender as consequências graves e de longo prazo dos processos punitivos na vida desses jovens (FISCHER *et al.*, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado ofereceu uma visão de como a legalização da cannabis sativa para uso medicinal pode beneficiar pessoas que dependem dessa substância para tratar suas doenças, promovendo a dignidade humana que merecem.

O processo de liberação e uso da Cannabis medicinal no Brasil é burocrático e dispendioso. A legislação atual impede o cultivo da planta no país e dificulta sua importação para pacientes, tornando os produtos inacessíveis para muitos.

Destacar a importância da Cannabis sativa na saúde e na garantia dos direitos fundamentais é crucial, como já demonstrado. Portanto, é essencial que haja uma regulamentação simplificada para o acesso, cultivo, uso e distribuição de medicamentos à base de Cannabis, garantindo uma melhor qualidade de vida para todos os pacientes e o pleno exercício dos direitos fundamentais à saúde e à dignidade.

Nesse contexto, a legalização da Cannabis sativa para uso medicinal assegura um tratamento adequado para aqueles que necessitam. Além disso, sua regulamentação pelo Estado poderia gerar receita fiscal para a saúde pública e contribuir para combater o mercado ilegal. Ademais, Incentivar estudos de alta qualidade, que investiguem os potenciais benefícios do CBD em diversas condições clínicas, seria uma estratégia importante para fornecer garantias adicionais de eficácia durante o seu uso.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ

Agradecimento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ/UNIMONTES

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F.G. “Quem tem dor, tem pressa”: a (des) politização do debate da cannabis medicinal no Brasil. **Lumina**, v. 17, n. 3, p. 155-170, 2023. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/40359>
- AZEVEDO, C.F.; *et al.* O Acesso Legal à Cannabis Medicinal: Um Direito Fundamental. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2020. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_800bf28d1440b5a212104aa2c4379ecf](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_800bf28d1440b5a212104aa2c4379ecf)
- BARATTA, F.; *et al.* Cannabis for medical use: Analysis of recent clinical trials in view of current legislation. **Frontiers in pharmacology**, v. 13, 2022. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9174563/>
- CAETANO, H. Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da cannabis no Brasil (2014-2019). **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, 2023. [https://www.researchgate.net/publication/370311905\\_Seguindo\\_controversias\\_em\\_procedimentos\\_regulatorios\\_o\\_caso\\_da\\_cannabis\\_no\\_Brasil\\_2014-2019](https://www.researchgate.net/publication/370311905_Seguindo_controversias_em_procedimentos_regulatorios_o_caso_da_cannabis_no_Brasil_2014-2019)
- CHRISTOVÃO, N. T. A política para a cannabis no Brasil entre o direito penal e a saúde pública: da construção do discurso proibicionista às possibilidades de legalização. [s.l.] Universidade de São Paulo, **Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA)**, 2022. <https://doi.org/10.11606/T.6.2021.tde-21032022-133533>
- DANTAS, A. S. C. L.; *et al.* Desenvolvimento de metodologia para determinação de canabinóides em produtos à base de cannabis para fins medicinais. **Química Nova**, v. 3, pág. 282–289, 2023. <https://www.scielo.br/j/qn/a/HRr7CVNDcYjNTMgkhSN3sgM/>
- FIDALGO, T. M.; VON DIEMEN, L. Current state of the global impact of cannabis use. **Trends in psychiatry and psychotherapy**, 2022. <https://www.scielo.br/j/trends/a/wjxkxDVW3zfZ6qwYJDKm9zf/?lang=en>
- FISCHER, B.; *et al.* Considering the health and social welfare impacts of non-medical cannabis legalization. **World psychiatry**, v. 19, n. 2, p. 187–188, 2020. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7214954/>
- FISCHER, B.; *et al.* Introducing the evidence-based population health tool of the Lower-Risk Cannabis Use Guidelines to Brazil. **Revista brasileira de psiquiatria**, v. 41, n. 6, p. 550–555, 2019. <https://www.scielo.br/j/rbp/a/NVcqdvVrw5sScpNd6YWT96Wm/?lang=en>
- GABARDO, E.; CABRAL, R. M. Autorização para uso de medicamentos com princípios ativos proscritos no Brasil. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 7, n. 2, p. 473, 2020. <https://www.scielo.br/j/rinc/a/BWJhLvc9FtCB94BmZPbfxNQ/>
- GREGORIO, L. E.; MASCARENHAS, N.G. O uso medicinal da Cannabis sativa L.: regulamentação, desafios e perspectivas no Brasil. **Concilium**, v. 22, n. 3, p. 191-212, 2022. <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/220>

GURGEL, H. L. DE C.; *et al.* Uso terapêutico do canabidiol: uma demanda judicial no estado de Pernambuco, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 3, pág. 283–295, jul. 2019. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1043382>

KALLAS, M. R. A normatividade regulamentar da Cannabis medicinal no Brasil e o acesso para o tratamento de ansiedade e depressão, 2023. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_9bb1803e09947ba4772a62293d0d8edb](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_9bb1803e09947ba4772a62293d0d8edb)

LIMA, D. N. O.; *et al.* O uso medicinal da cannabis e a indústria de medicamentos. **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 200-218, 2020. <https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/17137>

MARINHO, C. A. G; NEVES, I. F. Regulamentação do uso medicinal e científico da cannabis no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 1264-1283, 2022. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7721>

MARTIN, J. H.; *et al.* Ensuring access to safe, effective, and affordable cannabis-based medicines. **British journal of clinical pharmacology**, v. 86, n. 4, p. 630–634, 2020. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7098857/>

MARTINS, D. DO A.; POSSO, I. DE P. Legislação vigente sobre cannabis medicinal. História, movimentos, tendências e contratendências, no território brasileiro. **Brazilian Journal of Pain**, v. 6, p. 75–79, 2023. <https://www.scielo.br/j/brjp/a/MfJFNtDgvpXHrFpxnFLkCgv/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, B. J. A legalização da cannabis sativa para fins medicinais e a dignidade humana, 2023. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6285>

OSHIRO, C. A.; CASTRO, L. H. M. Cannabidiol and epilepsy in Brazil: a current review. **Archives of Neuro-Psychiatry**, v. 80, no. 5, p. 182–192, May 2022. <https://www.scielo.br/j/anp/a/Hw3WJKnhvbxvdCqxc9tNDNd/>

PALLADINI, M. C. Indications for the use of cannabinoids. **Brazilian Journal of Pain**, v. 6, p. 142–145, 2023. <https://www.scielo.br/j/brjp/a/pb8YvGLkLCK77mBggyl7RfB/>

PINHEIRO, B. S; MORAES, F. C; FATTORI, N. C. M. Importância da incorporação da Cannabis sativa L. no SUS. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, v. 1, p. 1-12., 2021. [https://fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/8LmnPaDHrfIMdZe\\_2021-7-2-16-30-37.pdf](https://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/8LmnPaDHrfIMdZe_2021-7-2-16-30-37.pdf)

PORCIONATO, I.S et al. Cannabis sativa (Maconha): A “LUTA” para liberação do uso medicinal no Brasil. **Anais do 19º encontro científico cultural interinstitucional**, 2021. [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci\\_2021/13-10-2021--14-37-19.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/13-10-2021--14-37-19.pdf)

PORTELA, R.; *et al.* Judicialização de produtos à base de canabidiol no Brasil: uma análise de 2019 a 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, pág. e00024723, 2023. <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8353>

---

RANSING, R.; *et al.* Current state of cannabis use, policies, and research across sixteen countries: cross-country comparisons and international perspectives. **Trends in psychiatry and psychotherapy**, 2022. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34735077/>

REZENDE, D. L.; FRAGA, P.; SOL, A. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020. **Opinião Pública**, v. 2, pág. 425–461, maio de 2022. <https://www.scielo.br/j/op/a/qzDjVTWNqR5v5rxhwqzXQ7H/>

SANTOS, M. J. L. S.; VASCONCELOS, B. Breve histórico da recente regulamentação da Cannabis para fins medicinais e científicos no Brasil. **Revista dos Advogados**, p. 96-104, 2020.  
[https://www.academia.edu/44623594/Breve\\_hist%C3%B3rico\\_da\\_recente\\_regulamenta%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Cannabis\\_para\\_fins\\_medicinais\\_e\\_cient%C3%ADficos\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/44623594/Breve_hist%C3%B3rico_da_recente_regulamenta%C3%A7%C3%A3o_da_Cannabis_para_fins_medicinais_e_cient%C3%ADficos_no_Brasil)

SILVA, H. K. C.; LOURENCO, R. F. Terapia canabinoide no Sistema Único de Saúde, perspectivas em relação ao tratamento da dor. **Brazilian Journal of Pain**, v. 6, p. 44–48, 2023.  
<https://www.scielo.br/j/brjp/a/mvnHhGfVD5RvFSKNyH3bSmB/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Em%20pacientes%20com%20DC%2C%20o,da%20necessidade%20de%20analgesia%20opioide57.>

SIQUEIRA, A. L. G. B.; *et al.* Phytocannabinoids: Pharmacological effects, biomedical applications, and worldwide prospection. **Journal of traditional and complementary medicine**, v. 13, n. 6, p. 575–587, 2023. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38020546/>